

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CORPORATIVA)

Ata de Registro de Preços nº **037/2023**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2023
PREGÃO ELETRÔNICO (SRPC) Nº 013/2023

O **MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Dorival José Pereira, 1.370, Parque das Feiras – Toritama-Pernambuco- CEP: 55125-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.256.054/0001-39, por meio da **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**, por meio de seu Secretário, Sr. **José Filipe Ângelo Oliveira de Lucena** inscrito no RG sob o nº 7979571 SDS/PE e CPF 085.634.844-94, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 02/2017, e nos termos do que dispõe na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 19/2022 e do Decreto Municipal nº 34/2019, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico (SRPC) PMT nº 013/2023**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa vencedora do certame, a empresa **RENATO MARANA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **42.244.991/0001-06**, situada à Rua Reinaldo Costa, nº 305 B, IV Distrito Industrial, Iracemápolis – SP, CEP 13.498-212, neste ato representada por seu Representante Legal, Sr. **Renato Marana**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 26.642.953-1 SSP/SP, inscrito no CPF nº 250.625.888-47, residente e domiciliado na Rua João Batista Campos Pinto, nº 216, apto. 63, bloco 1, Jd. Abaete, Piracicaba – SP, CEP 13420-264, objetivando futuros contratos de fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO E DO VALOR

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Corporativo de utensílios de cozinha para os órgãos e entidades que integram o Poder Executivo do Município de Toritama-PE**, conforme especificações e quantitativos constantes no **Apêndice I, Anexo V** do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - Valor Total: **R\$ 56.773,24 (cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e três reais e vinte e quatro centavos)** conforme, tabela descrita abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIOS	VALOR TOTAL
1	Abridor multiuso, tipo: manual, material: aço inoxidável, comprimento: mínimo de 9 cm, uso: garrafa/lata.	UNIDADE	IMPORTOR	30	R\$ 2,85	R\$ 85,50
5	Balde, material: plástico reforçado, capacidade: 100 litros, características adicionais: com tampa e alças, diversas cores.	UNIDADE	BLM 108L	30	R\$ 56,81	R\$ 1.704,30
6	Bandeja, material: aço inox, aplicação: para refeição hospitalar, medidas mínimas: comprimento: 39 cm,	UNIDADE	HOME	20	R\$ 38,89	R\$ 777,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE – CEP 55125-000– CNPJ: 11.256.054/0001-39

	largura: 29 cm, características adicionais: mínimo de 6 divisões, poder ser esterilizado, fabricado com alta qualidade e resistência.					
7	Batedor manual, material: alumínio, aplicação: para carne, tamanho: mínimo de 22 cm, tipo: comercial.	UNIDADE	MARALAR SS	20	R\$ 26,60	R\$ 532,00
8	Botijão térmico, material: aço inox de alta qualidade, capacidade: aproximadamente 6 litros, características adicionais: com torneira.	UNIDADE	MIX	12	R\$ 293,42	R\$ 3.521,04
9	Botijão térmico, material: aço inox de alta qualidade, capacidade: aproximadamente 12 litros, características adicionais: com torneira.	UNIDADE	MIX 10L	10	R\$ 361,23	R\$ 3.612,30
10	Caixa, material: plástico, tipo: multiuso, capacidade: aproximadamente 5 litros, aplicação: para cozinha, características adicionais: com tampa, cor: branca ou transparente.	UNIDADE	BLM	10	R\$ 18,43	R\$ 184,30
11	Caixa, material: plástico, tipo: multiuso, capacidade: aproximadamente 12 litros, aplicação: para cozinha, características adicionais: com tampa, cor: branca ou transparente.	UNIDADE	BLM 11L	25	R\$ 49,72	R\$ 1.243,00
12	Caixa plástica agrícola, aplicação: para hortifrutí, dimensão: 31 x 34 x 55 cm, material: polietileno de alta densidade, características adicionais: produzida com material alta qualidade, resistente.	UNIDADE	MARALAR PRETA	25	R\$ 54,14	R\$ 1.353,50
13	Caldeirão industrial, tipo: profissional, hotel, nº 24, material: alumínio, capacidade: 10 litros, características adicionais: com 2 alças e tampa.	UNIDADE	MARALAR	15	R\$ 64,41	R\$ 966,15
14	Caneca de plástico reforçada, material: polipropileno virgem, atóxico e inodoro, capacidade: 300 ml, medidas mínimas: 78 mm de comprimento, 78 mm de largura e 86 mm de altura, características adicionais: paredes internas e externas lisas, sem frisos, com formato interno arredondado, com acabamento perfeito, pigmentação homogênea, acabamento liso e brilhante, resistente à temperatura de 100° celsius, por no mínimo 20 minutos, cor: verde.	UNIDADE	MARALAR	300	R\$ 1,54	R\$ 462,00
16	Chaleira, material: alumínio, cabo em baquelite, tipo: linha hotel, capacidade: aproximadamente 5 litros, características adicionais: com alça e tampa.	UNIDADE	MARALAR	20	R\$ 74,85	R\$ 1.497,00
18	Colher, material: aço inox, comprimento: no mínimo 33 cm, aplicação: para servir alimentos.	UNIDADE	IMPORTOR	80	R\$ 6,83	R\$ 546,40
19	Colher, material: aço inox, comprimento: no mínimo 18 cm, aplicação: para uso em mesa.	UNIDADE	IQS	300	R\$ 0,73	R\$ 219,00
20	Colher, material: aço inox, comprimento: no mínimo 14 cm, aplicação: para chá.	UNIDADE	IQS	200	R\$ 0,59	R\$ 118,00
22	Jarra medidora, material: polipropileno, capacidade: 1 litro, características adicionais: graduada, transparente, atóxico.	UNIDADE	RCA	40	R\$ 3,84	R\$ 153,60

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000- CNPJ: 11.256.054/0001-39

24	Cumbuca, material: polipropileno reforçado, capacidade mínima: 300 ml, medidas mínimas: 12,50 cm de comprimento, 12,50 cm de largura, e 6,00 cm de altura, aplicação: para refeição, merenda, características adicionais: formato arredondado e empilhável, modelo liso nas partes interna e externa (sem frisos), material virgem, atóxico e inodoro, pigmentação homogênea em toda peça, ausência de elementos nocivos à saúde, resistente a máquina lava louças, temperatura mínima e máxima de uso contínuo: 0°C e 100°C, temperatura máxima de uso em curto período: 120°C.	UNIDADE	JET	120	R\$ 2,52	R\$ 302,40
27	Descascador de legumes, material: lâminas de aço inoxidável, cabo de plástico, tipo: manual, uso: doméstico/profissional.	UNIDADE	IQS	25	R\$ 4,53	R\$ 113,25
30	Escorredor de talheres, material: polipropileno, características adicionais: 3 divisórias internas, atóxico, cores: preto, cinza, branco ou transparente, formato arredondado.	UNIDADE	JET	40	R\$ 5,10	R\$ 204,00
32	Espátula, aplicação: para fritura, material: cabo em polipropileno, lâmina em aço inox, uso: profissional, características adicionais mínimas: lâmina: 5"x2 1/2".	UNIDADE	IMPORTOR 5"	20	R\$ 14,21	R\$ 284,20
33	Espremedor de alho, material: alumínio, dimensão: mínimo de 17 cm, tipo: manual.	UNIDADE	MARALAR	40	R\$ 7,04	R\$ 281,60
35	Espremedor de limão, material: alumínio fundido, dimensões: aproximadamente 4,5 cm de comprimento, 6,6 cm de altura e 21,7 cm de largura, tipo: manual.	UNIDADE	MARALAR	15	R\$ 6,05	R\$ 90,75
36	Faca, material: cabo e lâmina de aço inox, dimensões: mínimo 18 cm, aplicação: uso em mesa.	UNIDADE	IQS	400	R\$ 1,29	R\$ 516,00
38	Faca, tipo: açougue, modelo profissional, material: cabo em polipropileno e lâmina em aço inox, dimensões: lâmina 8", comprimento total: aproximadamente 32 cm.	UNIDADE	IMPORTOR	20	R\$ 17,64	R\$ 352,80
39	Faca, aplicação: cortar pão, tipo: serrilhada, material: cabo de polipropileno e lâmina de aço inoxidável, dimensões mínimas: lâmina 8", comprimento: aproximadamente 32 cm.	UNIDADE	IMPORTOR	40	R\$ 10,32	R\$ 412,80
40	Farinheira, material: plástico, capacidade: mínima de 500 ml, características adicionais: com tampa, cores preto ou branco.	UNIDADE	JGR	20	R\$ 4,72	R\$ 94,40
41	Forma, material: alumínio, formato: redondo e com furo, diâmetro: mínimo de 26 cm.	UNIDADE	MARALAR	40	R\$ 24,83	R\$ 993,20
43	Frigideira, material: alumínio, e cabo de baquelite, diâmetro: aproximadamente 20 cm, tipo: hotel, revestimento: antiaderente, características adicionais: uso profissional, resistente e de alta qualidade.	UNIDADE	MARALAR	20	R\$ 23,50	R\$ 470,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000- CNPJ: 11.256.054/0001-39

45	Frigideira, material: alumínio, e cabo de baquelite, diâmetro: aproximadamente 28/30 cm, tipo: hotel, revestimento: antiaderente, características adicionais: uso profissional, resistente e de alta qualidade.	UNIDADE	MARALAR	20	R\$ 62,13	R\$ 1.242,60
46	Frigideira, material: alumínio, e cabo de baquelite, diâmetro: 40 cm, tipo: hotel, revestimento: antiaderente, características adicionais: uso profissional, resistente e de alta qualidade.	UNIDADE	MARALAR	20	R\$ 151,55	R\$ 3.031,00
47	Garfo mesa, material: cabo e corpo de aço inoxidável, tipo: mesa, comprimento: mínimo 18 cm.	UNIDADE	IQS	400	R\$ 0,97	R\$ 388,00
48	Garfo mesa, material: cabo e corpo de aço inoxidável, tipo: sobremesa, comprimento: mínimo 15 cm.	UNIDADE	IMPORTOR	200	R\$ 1,72	R\$ 344,00
50	Garrafa térmica, material: plástico resistente, isolamento térmico: ampola de vidro, tipo: de mesa, capacidade: 250 ML, características adicionais: com tampa e rosca, cor: preta, cinza ou verde.	UNIDADE	TERM	30	R\$ 33,66	R\$ 1.009,80
51	Jarra, material: plástico, capacidade: 2 litros, características adicionais: com tampa e alça.	UNIDADE	PLSTG	60	R\$ 10,43	R\$ 625,80
52	Jarra, material: plástico, capacidade: 4 litros, características adicionais: com tampa e alça.	UNIDADE	JET	60	R\$ 15,88	R\$ 952,80
56	Paliteiro, material: plástico, capacidade: 90 ml, cor branco ou preto, medidas: aproximadamente 5 cm de diâmetro e 8,5 cm de altura.	UNIDADE	RCA	30	R\$ 1,18	R\$ 35,40
57	Panela, tipo: caçarola, linha industrial, hotel; Material: alumínio, capacidade: 10 litros, características adicionais: com tampa e alças em alumínio.	UNIDADE	MARALAR	20	R\$ 71,48	R\$ 1.429,60
58	Panela, tipo: caçarola, linha industrial, hotel; Material: alumínio, capacidade: 20 litros, características adicionais: com tampa e alças em alumínio.	UNIDADE	MARALAR	20	R\$ 127,00	R\$ 2.540,00
59	Panela, tipo: caçarola, linha industrial, hotel; Material: alumínio, capacidade: 50 litros, características adicionais: com tampa e alças em alumínio.	UNIDADE	MARALAR	10	R\$ 245,40	R\$ 2.454,00
60	Panela de pressão, material: alumínio, capacidade: aproximadamente 10 litros, uso: profissional, características adicionais: deverá atender a NBR 11823.	UNIDADE	MARALAR	25	R\$ 121,53	R\$ 3.038,25
61	Panela de pressão, material: alumínio, capacidade: mínima de 22 litros, uso: profissional, características adicionais: deverá atender a NBR 11823.	UNIDADE	LSL	10	R\$ 540,33	R\$ 5.403,30
62	Pegador de alimentos, material: aço inox, uso: para massa e salada, medidas: aproximadamente 30 à 40 cm de comprimento.	UNIDADE	IMPORTOR 29 CM	40	R\$ 7,47	R\$ 298,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000- CNPJ: 11.256.054/0001-39

64	Peneira, material: em plástico, e coador em nylon, medidas: aproximadamente 7,5 cm, características adicionais: cor: branca.	UNIDADE	RCA 9CM	20	R\$ 2,04	R\$ 40,80
65	Pincel culinário, material: com cerdas e cabo de silicone, comprimento mínimo: 25 cm.	UNIDADE	IMPORTOR	30	R\$ 12,36	R\$ 370,80
66	Porta bolo, tipo: boleira, material: plástico, dimensões: aproximadamente 33 cm de comprimento, 30 cm de largura, 12 cm de altura, características adicionais: com tampa transparente, e bandeja na cor branca.	UNIDADE	JET	40	R\$ 19,88	R\$ 795,20
69	Porta talher, material: polipropileno, características adicionais: com mínimo de 5 divisórias, tampa transparente, cor: branca, material de alta qualidade e durável.	UNIDADE	JET	50	R\$ 15,44	R\$ 772,00
74	Prato, material: porcelana, diâmetro: 19 cm, uso: sobremesa, tipo: raso, características adicionais: liso, cor: branca.	UNIDADE	GXP	250	R\$ 7,69	R\$ 1.922,50
75	Prato plástico, tipo: escolar, material: polipropileno reforçado, capacidade: mínima de 600 ml, medidas aproximadas: 21 cm de comprimento, 21 cm de largura e 4 cm de altura, características adicionais: pigmentação homogênea em toda peça, possui acabamento polido brilhante, modelo liso nas partes interna e externa (sem frisos), formato interno arredondado, com aba e empilhável, material virgem, atóxico e inodoro, temperatura mínima e máxima de uso contínuo: 0°C e 100°C, temperatura máxima de uso em curto período: 120°C, cor: verde.	UNIDADE	MARALAR	800	R\$ 1,84	R\$ 1.472,00
77	Ralador de alimentos, material: aço inoxidável, tipo: manual, quantidade faces: 4, medidas mínimas: 24 cm, características adicionais: 2 lâminas laterais são para cortar legumes e 2 para ralar, cabo de inox.	UNIDADE	IMPORTOR	60	R\$ 20,16	R\$ 1.209,60
79	Rolo para abrir massas, material: polietileno, uso: profissional, medidas: aproximadamente 40 cm de comprimento.	UNIDADE	LITE	5	R\$ 162,89	R\$ 814,45
81	Suporte triplo porta rolo, aplicação: rolo de papel toalha, filme pvc e papel alumínio, material: polipropileno de alta resistência, características adicionais: acompanha parafusos e buchas, para uso em parede.	UNIDADE	AM	30	R\$ 30,90	R\$ 927,00
82	Suqueira, material: de vidro, capacidade: no mínimo 4 litros, características adicionais: com torneira, e tampa.	UNIDADE	MARALAR 3L	35	R\$ 73,95	R\$ 2.588,25
83	Taça, material: vidro, capacidade: 300 ml, aplicação: para água, características adicionais: cor: transparente, material resistente e durável.	UNIDADE	NADIR 320ML	200	R\$ 9,88	R\$ 1.976,00

DOS PRAZOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000- CNPJ: 11.256.054/0001-39

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, observado as disposições contidas no art. 10 do Decreto Municipal nº 34/2019, como nas demais normas legais pertinentes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - O prazo de vigência do(s) Contrato(s) oriundo(s) da Ata de Registro de Preços seguirá(ão) o que dispõe o art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - A(s) Detentora(s) poderão ser convocadas para assinar(em) o instrumento de eventual(is) Contrato(s), o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA QUINTA O prazo para entrega do objeto licitado será de até **10 (dez) dias consecutivos**, contados da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

Subcláusula primeira - A Detentora ficará obrigada a trocar o(s) material(is) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) a este Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) material(is) será de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado do recebimento da solicitação de troca.

Subcláusula segunda - O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue parceladamente pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no seguinte endereço: Centro de Distribuição da Prefeitura de Toritama, situado na Av. Dorival José Pereira, nº 464, Bairro Tavares Martins - Toritama-PE, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00hs às 13:00hs, mediante agendamento através do e-mail: setorcomprastoritama@gmail.com.

GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SEXTA - Caberá a Secretaria de Planejamento e Gestão, Órgão Gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços Corporativo, conforme dispõe o art. 22 do Decreto Municipal nº. 34/2019.

CLÁUSULA SÉTIMA - Quando do gerenciamento da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº 34/2019, deverá:

I - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VII, art. 5 do Decreto Municipal nº 34/2019;

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000- CNPJ: 11.256.054/0001-39

II - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso VIII, art. 5 do Decreto Municipal nº. 34/2019;

III - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme o inciso IX, art. 5º do Decreto Municipal nº 34/2019;

IV - Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 34/2019, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

CLÁUSULA OITAVA - O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 34/2019.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

CLÁUSULA NONA - A presente Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do órgão gerenciador, atendidas as condições previstas no Decreto Municipal nº 34/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA - O Órgão Não Participante, a que se refere o art. 20 do Decreto Municipal nº 34/2019, somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços, após a anuência do Órgão Gerenciador da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Quando da formalização do pedido para fazer uso da Ata de Registro de Preços, o Órgão Não Participante deverá informar os itens e quantidades a serem adquiridos, enviando documento assinado por autoridade competente do órgão ou entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) participante(s), nos de acordo com o disciplinado no § 2º do art. 20 do Decreto Municipal nº 34/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

Subcláusula primeira - As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante e não vinculada a Administração Pública do Município de Toritama não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s), em consonância com o disposto no §4º do art. 20 do Decreto Municipal nº 34/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O quantitativo decorrente de todas as adesões a Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado, para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem, nos termos do § 5º do art. 20 do Decreto Municipal nº 34/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com o § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 34/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme estabelecido no § 7º do art. 20 do Decreto Municipal nº 34/2019.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A Gestão da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão, através de seu Secretário.

Subcláusula primeira - A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos contratos que dela originarem dar-se-ão de forma setorial pelo fato do objeto ser executado de forma descentralizada, em setores distintos da Administração Pública Municipal:

Subcláusula primeira - Os fiscais setoriais designados serão:

- a) Secretaria de Planejamento e Gestão, a Sra. Bruna da Silva Noronha, Diretora de Gestão Administrativa.
- b) Fundo Municipal de Assistência Social, a Sra. João Lucas da Silva Sousa, Diretor Administrativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

c) Companhia de Trânsito e Transporte Urbano – CTTU, o Sr. Jefferson Lira da Silva, Diretor Administrativo e Financeiro.

d) Fundo Municipal de Saúde: Sra. Luciana Rosane da Costa Gois, Coordenadora Administrativa.

e) Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, o Sr. Lucas Vinicius Pereira Barbosa, Diretor de Apoio ao Ensino.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Não obstante a empresa Detentora ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Caberá ao(s) fiscal(is) da Ata de Registro de Preços e do(s) eventual(is) Contrato(s) que dela originar(em):

a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;

b) Conhecer plenamente os termos registrados sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador quanto da Detentora;

c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;

d) Exigir da Detentora o fiel cumprimento de todas as condições registradas assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;

e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência do registro e seu efetivo resultado;

f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência, Anexo V do Edital, desta Ata de Registro de Preços, assim como observar, para o seu correto recebimento;

g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora;

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE – CEP 55125-000– CNPJ: 11.256.054/0001-39

- h) Comunicar formalmente ao Gestor da Ata de Registro de Preços as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Caberá ao Gestor da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada;
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas nesta Ata de Registro de Preços/Contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal da Ata de Registro de Preços;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços e Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - O objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser recebido:

Subcláusula primeira - Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações constante no Termo de Referência;

Subcláusula segunda - Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000- CNPJ: 11.256.054/0001-39

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades: administrativa, civil e penal da Detentora.

Subcláusula única - O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Além das obrigações legais, regulamentares e as demais constantes do instrumento contratual e demais documentos, obriga-se, a licitante adjudicatária a:

- a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93.
- b) Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a Detentora é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
- d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento da Ata de Registro de Preços e eventuais contratos.
- e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento
- f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste se verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Órgão Gerenciador.
- i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE – CEP 55125-000- CNPJ: 11.256.054/0001-39

- j) Indicar preposto que se responderá perante o Órgão Gerenciador.
- k) Atender prontamente às requisições do Órgão Gerenciador no fornecimento do objeto na quantidade e especificações exigidas.
- l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.
- m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.
- n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.

DAS OBRIGAÇÕES ÓRGÃO GERENCIADOR

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – Caberá ao Órgão Gerenciador as seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho.
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador com relação ao objeto do Registro de Preços.
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- e) Acompanhar a execução desta Ata de Registro de Preços Corporativa.
- f) Comunicar à Detentora as irregularidades observadas na entrega do(s) produto(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – O Município efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento objeto desta Ata de Registro de Preços em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo da Tesouraria, localizada na Avenida Dorival José Pereira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000- CNPJ: 11.256.054/0001-39

1370, Parque das Feiras, 55.125-000, Toritama-PE, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

Subcláusula primeira - O Município verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Detentora no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

Subcláusula segunda - O Município deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Detentora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, ou outro que venha a lhe substituir.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA- Ocorrendo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Órgão Gerenciador decorrentes de fornecimento já recebidos, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Detentora o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

DO REAJUSTE DE PREÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - De acordo com os art. 2º, § 1º, e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/01, no prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma da alínea "d", inciso II do art. 65 Lei 8666/93, c/c art. 18 do Decreto Municipal nº 34/2019.

Subcláusula Primeira - Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

Subcláusula Segunda - A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela detentora, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, conforme o § 1º do Art. 10 do Decreto Municipal nº 34/2019.

Subcláusula Única - Na hipótese de supressão unilateral, não se aplica o disposto no art. 65, § 1º, II, da mencionada lei, que dispõe sobre o limite de 25%, podendo haver supressões de até 100%, conforme art. 10, I, do Decreto Municipal nº 34/2019.

DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto Municipal nº 34/2019.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, de acordo com o estabelecido no art.16 do Decreto Municipal nº 34/2019.

Subcláusula Primeira - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme consta no §1º do art.16 do Decreto Municipal nº 34/2019.

Subcláusula Segunda - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original das ofertas, em conformidade com o disposto no §2º do art.16 do Decreto Municipal nº 34/2019.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados por motivo superveniente, o órgão gerenciador poderá: (Art. 17 do Decreto Municipal nº 34/2019).

Subcláusula Primeira - Realizar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, na forma do disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

Subcláusula Segunda - Em caso do não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento ou ordem de serviços, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE – CEP 55125-000 – CNPJ: 11.256.054/0001-39

Subcláusula terceira - É facultado à administração, em caso de não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, e após liberar o fornecedor do compromisso assumido, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - Não havendo êxito, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de preços, mediante publicação na imprensa oficial, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 17 do Decreto Municipal nº 34/2019.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - O fornecedor terá o seu registro cancelado quando: (Art. 19 do Decreto Municipal nº 34/2019):

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticado no mercado;

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002; ou

V – Tiver presentes razões de interesse público, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei 8.666, de 1993.

Subcláusula primeira - O cancelamento de registro de preços nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV e V deve ser formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Subcláusula segunda - A comunicação do cancelamento de registros nas hipóteses previstas na subcláusula primeira deve ser feita por publicação na imprensa oficial, assegurado o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis.

Subcláusula terceira - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, desde que comprovada de maneira inequívoca, principalmente por meio de provas documentais, qualquer uma das hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea d, e § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

RENATO MARANA
25062588847:4224
4991000106

Assinado de forma digital por
RENATO MARANA
25062588847:42244991000106
Dados: 2023.05.31 15:34:08
-03'00'

Subcláusula quarta - A comunicação do cancelamento do registro de preço, no caso previsto na subcláusula terceira, deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do registro de preços.

DAS PENALIDADES E SANÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - O cometimento de irregularidades sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – O particular ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I - Advertência;

II – Multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do produto;
- b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;
- c) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;
- d) Pela recusa da Detentora/Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

Subcláusula primeira – Impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

Subcláusula segunda - As multas estabelecidas acima podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

Subcláusula terceira - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

Subcláusula quarta - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Detentora, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - Ficarà sujeito a penalidade prevista no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas e nas demais cominações legais, o Detentor que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

- I - Não assinar a Ata de Registro de Preços Corporativa;
- II - Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;
- III - Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- IV - Não manter a proposta;
- V - Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;
- VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Detentora estará sujeita às penalidades:

- I - Pelo descumprimento do prazo do fornecimento;
- II - Pela recusa em atender alguma solicitação para correção do fornecimento; e
- III - Pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados no Edital e seus anexos.

Subcláusula primeira - Além das penalidades citadas, a Detentora ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº8.666/93 e posteriores alterações.

Subcláusula segunda - As previsões acima descritas não excluem a possibilidade de sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 entre outras, conforme o caso.

DA VINCULAÇÃO


CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - As especificações técnicas, obrigações e penalidades constantes no Edital e Termo de Referência do Pregão Eletrônico supramencionado integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Toritama/PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias.

Toritama, 31 de maio de 2023.


MUNICÍPIO DE TORITAMA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Secretário **José Filipe Ângelo Oliveira de Lucena**
Órgão Gerenciador

Assinado de forma digital
por RENATO MARANA
25062588847:4224499100
0106
44991000106
Dados: 2023.05.31 15:34:51
-03'00'

RENATO MARANA LTDA
Representante Legal **Renato Marana**
Empresa Adjudicada

TESTEMUNHAS: Jemmyb Emanuel CPF/MF: 054.978.864-69

TESTEMUNHAS: Joilson Nascimento CPF/MF: 080.260.104-93